

Entre escolas degradadas, desigualdades educativas e confrontos com a polícia, os protestos de outubro de 2026 revelam uma questão mais profunda: até que ponto os jovens franceses continuam a confiar nas instituições que deveriam preparar o seu futuro?

Há momentos em que uma manifestação deixa de ser apenas uma manifestação. Quando milhares de jovens abandonam as salas de aula, bloqueiam estabelecimentos de ensino e ocupam as ruas, a pergunta mais importante já não é quantas pessoas participaram ou quantas foram detidas. É perceber o que levou uma geração a concluir que precisava sair da escola para ser ouvida sobre a própria escola.

É esta contradição que atravessa os protestos estudantis que marcaram a França no início de outubro de 2026. As reportagens divulgadas pela BBC mostram mobilizações em Paris, Lille, Lyon e Marselha, com estudantes a denunciarem edifícios escolares em mau estado, falta de professores e dificuldades de acesso ao ensino superior. As imagens revelam também barricadas, contentores incendiados, confrontos e intervenção policial. Mas reduzir esta mobilização aos episódios de violência seria ignorar aquilo que lhe confere verdadeiro significado político: a percepção de que a educação pública está a deixar de cumprir plenamente a promessa de igualdade que historicamente sustentou o modelo republicano francês.

A investigação científica permite compreender que este descontentamento não nasceu subitamente em outubro. Van Zanten (2019), ao estudar a transição para o ensino superior em França, demonstrou como as estratégias familiares, os recursos sociais e as características das instituições continuam a influenciar as oportunidades educativas. Embora os estudantes estejam formalmente sujeitos a regras semelhantes, nem todos dispõem das mesmas condições para compreender o sistema, fazer escolhas informadas ou ultrapassar obstáculos.

Esta desigualdade torna-se particularmente sensível quando a escola é apresentada como um dos principais instrumentos de mobilidade social. Se o sucesso educativo depender excessivamente da origem familiar, a promessa de igualdade transforma-se numa experiência contraditória: exige-se aos jovens que confiem no mérito, mas nem todos começam a partir do mesmo ponto.

O sistema Parcoursup, introduzido em 2018 para organizar as candidaturas ao ensino superior francês, tornou-se um dos símbolos desta tensão. Wenzelburger e Hartmann (2022),

ao analisarem as reformas dos mecanismos de admissão universitária em França, mostram que estas decisões resultam de processos políticos complexos, e não apenas de necessidades técnicas. A forma como uma sociedade distribui lugares no ensino superior traduz inevitavelmente escolhas sobre acesso, seleção e justiça.

Bastedo (2025), ao discutir os modelos internacionais de admissão universitária, recorda a contestação que acompanhou a introdução do Parcoursup. A polémica não é, portanto, recente. Insere-se num debate mais amplo sobre a capacidade das instituições educativas para conciliarem massificação, transparência e igualdade de oportunidades.

Carpentier e Courtois (2025) acrescentam outra dimensão ao analisarem o ensino superior francês enquanto bem público. A expansão do acesso não elimina automaticamente as desigualdades, sobretudo quando persistem diferenças significativas entre instituições, percursos e recursos familiares. A questão central deixa, assim, de ser apenas quantos estudantes conseguem prosseguir estudos. Passa também a ser que oportunidades encontram e que futuro lhes é efetivamente oferecido.

É neste contexto que as queixas sobre edifícios degradados e falta de docentes ganham um significado que ultrapassa a gestão quotidiana das escolas. Uma sala em más condições pode ser vista como um problema de manutenção. A ausência prolongada de professores pode parecer uma dificuldade administrativa. Mas, quando estas situações se acumulam, tornam-se sinais de uma relação fragilizada entre os cidadãos e o Estado.

Para muitos estudantes, o problema já não é simplesmente estudar em condições insuficientes. É sentir que o investimento exigido à sua geração não encontra uma resposta equivalente por parte das instituições.

A França possui uma longa tradição de mobilização estudantil, sendo inevitável recordar Maio de 1968. Contudo, a comparação exige prudência. Os acontecimentos atuais não constituem uma repetição daquele momento histórico. As condições económicas, os meios de comunicação, as organizações políticas e as expectativas juvenis são profundamente diferentes.

Ainda assim, Mathieu (2025), ao estudar os atores e as dinâmicas do Maio francês, ajuda a compreender por que razão a memória de 1968 permanece relevante. Um movimento inicialmente centrado em reivindicações estudantis pode ultrapassar rapidamente o espaço

educativo quando consegue revelar tensões presentes noutras dimensões da sociedade.

A pergunta, portanto, não é se França está perante um novo Maio de 68. É saber se os protestos atuais exprimem uma crise de confiança mais ampla, na qual a educação surge como o ponto de encontro entre dificuldades materiais, expectativas sociais e insatisfação política.

Também importa observar quem está nas ruas. A mobilização não se limita aos universitários. Os estudantes dos liceus assumem um papel importante, colocando muitos jovens ainda menores de idade no centro de um conflito que envolve autoridades educativas, forças policiais e responsáveis governamentais.

A investigação sobre participação política juvenil mostra que o afastamento dos partidos tradicionais não significa necessariamente desinteresse pela política. Sloam, Henn e Nunes (2026) analisam a transformação das formas de envolvimento cívico das novas gerações, destacando a crescente importância dos movimentos sociais e das modalidades de participação exteriores às estruturas institucionais convencionais.

Um jovem que participa numa manifestação pode estar a exercer uma forma de intervenção política tão significativa quanto aquela que se desenvolve através de organizações partidárias. A diferença está nos canais escolhidos para fazer ouvir as suas reivindicações.

É precisamente aqui que a resposta das autoridades se tornou uma das dimensões mais controversas da crise.

Na reportagem da BBC divulgada durante os primeiros dias de outubro, são referidas quase 6.000 detenções desde o início da mobilização, bem como cerca de duas dezenas de escolas incendiadas ou saqueadas e vários feridos. Estes números devem ser entendidos como dados atribuídos àquela cobertura jornalística, e não como um balanço atualizado e independentemente confirmado até 9 de outubro.

Os episódios de destruição são graves e não podem ser ignorados. A defesa do direito à manifestação não implica legitimar incêndios, agressões ou ataques a estabelecimentos de ensino. Contudo, também seria incorreto definir todo o movimento a partir das ações dos grupos envolvidos nos confrontos.

O próprio correspondente da BBC assinalou que, no dia em que foi acompanhado pela

equipa, os protestos tinham decorrido, no geral, de forma bastante pacífica, apesar de incidentes localizados. Esta distinção é fundamental para compreender um movimento heterogéneo, no qual coexistem estudantes com reivindicações concretas, organizações politicamente mobilizadas e participantes que recorrem a formas de confrontação.

Do outro lado, a intervenção policial levantou questões igualmente sérias. As imagens mostram utilização de gás lacrimogéneo e relatos de manifestantes que acusam as forças de segurança de uso excessivo da força.

Um dos episódios mais graves ocorreu em Lens, no norte de França, onde um jovem sofreu uma lesão gravíssima numa mão associada a uma granada policial. Segundo a reportagem da BBC, a vítima foi hospitalizada e foi aberta uma investigação. O caso transformou-se num símbolo das consequências que podem resultar da escalada entre manifestantes e autoridades.

A investigação internacional ajuda a compreender a importância destes acontecimentos. González e Prem (2024), num estudo sobre violência policial e protestos estudantis, demonstram que a repressão pode produzir efeitos que ultrapassam o confronto imediato, afetando a mobilização e os percursos educativos. Embora o estudo não incida sobre os atuais acontecimentos franceses, permite compreender um mecanismo relevante: a intervenção policial, quando percebida como desproporcionada, pode intensificar o sentimento de injustiça que inicialmente alimentou o protesto.

O Governo francês enfrenta, por isso, uma situação delicada. Tem a responsabilidade de garantir a segurança pública e proteger pessoas e instituições, mas deve fazê-lo sem comprometer direitos fundamentais ou aprofundar a desconfiança dos jovens nas autoridades.

O primeiro-ministro Sébastien Lecornu, segundo a cobertura da BBC, reconheceu no Parlamento a gravidade da violência ocorrida junto de alguns liceus. A intervenção revela como uma contestação inicialmente centrada na educação pode transformar-se rapidamente numa crise política e de ordem pública.

Mas existe um risco evidente nesta mudança de foco. Quanto mais o debate público se concentrar exclusivamente nas detenções, nos incêndios e nos confrontos, menos espaço restará para discutir as condições que levaram tantos estudantes a manifestarem-se.

E estas condições merecem uma resposta que não seja apenas policial.

A investigação sobre a educação francesa demonstra que as desigualdades de oportunidades, as dificuldades de acesso ao ensino superior e as tensões em torno das reformas educativas antecederam os acontecimentos atuais. Não significa que todos os manifestantes partilhem as mesmas motivações ou que todas as reivindicações sejam igualmente fundamentadas. Significa que a mobilização encontra terreno preparado por problemas que há muito fazem parte do debate científico e político.

Também permanece incerto até onde chegará esta vaga de protestos. Até 9 de outubro, não foi possível confirmar independentemente novos desenvolvimentos posteriores às reportagens inicialmente disponibilizadas. Seria, por isso, prematuro anunciar uma vitória dos estudantes, uma mudança definitiva da política educativa ou uma escalada inevitável do conflito.

O que já é possível afirmar é que as manifestações colocaram uma pergunta incômoda no centro da discussão pública francesa: o que acontece quando uma geração deixa de acreditar que os mecanismos normais de representação são suficientes para proteger o seu futuro?

Uma escola pública não é apenas um conjunto de edifícios, professores, exames e plataformas de candidatura. É também um compromisso entre gerações. A sociedade pede aos jovens que estudem, se preparem, respeitem regras e confiem que o esforço presente lhes permitirá construir uma vida melhor.

Quando esta confiança começa a desaparecer, a crise deixa de pertencer exclusivamente ao sistema educativo.

Passa a ser uma questão de democracia.

Talvez seja esta a principal mensagem que chega das ruas francesas. Não estamos apenas perante estudantes que reclamam melhores condições escolares. Estamos perante jovens que questionam a distância entre aquilo que as instituições prometem e aquilo que conseguem oferecer.

E nenhuma sociedade deve ignorar esta distância.

Porque quando uma geração sente que a escola deixou de conseguir ouvir o seu futuro, acaba por levar esse futuro para a rua.

Referências bibliográficas

Bastedo, M. N. (2025). Holistic admissions: Global drivers, global pitfalls. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781003563310>

BBC News. (2026, outubro). On the ground at French student mass protests. Reportagem televisiva. https://youtu.be/vT2ru_sQPTs

Carpentier, V., & Courtois, A. (2025). Higher education and the public good in France. Higher Education. <https://doi.org/10.1007/s10734-024-01293-z>

González, F., & Prem, M. (2024). Police violence, student protests, and educational performance. The Review of Economics and Statistics, 106(3), 712–727.
<https://direct.mit.edu/rest/article-abstract/106/3/712/109912>

Mathieu, L. (2025). The French May: Actors and dynamics of a global crisis. Berghahn Books.
<https://books.google.com/books?id=TDaWEQAAQBAJ>

Sloam, J., Henn, M., & Nunes, A. I. (2026). Youthquakes and aftershocks. Springer.
<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-032-02990-4.pdf>

Van Zanten, A. (2019). Neo-liberal influences in a ‘conservative’ regime: The role of institutions, family strategies, and market devices in transition to higher education in France. Comparative Education, 55(3). <https://doi.org/10.1080/03050068.2019.1619330>

Wenzelburger, G., & Hartmann, K. (2022). Policy formation, termination and the multiple streams framework: The case of introducing and abolishing automated university admission in France. Policy Studies. <https://doi.org/10.1080/01442872.2021.1922661>